



15.2.2012

B7-0068/2012 }
B7-0069/2012 }
B7-0070/2012 }
B7-0072/2012 }
B7-0074/2012 } RC1

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO COMUM

nos termos do n.º 4 do artigo 110.º do Regimento

em substituição das propostas de resolução apresentadas pelos seguintes Grupos:

ECR (B7-0068/2012)
S&D (B7-0069/2012)
PPE (B7-0070/2012)
Verts/ALE (B7-0072/2012)
ALDE (B7-0074/2012)

sobre a situação na Síria

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, Ioannis Kasoulides, Elmar Brok, Cristian Dan Preda, Arnaud Danjean, Mario Mauro, Mário David, Andrzej Grzyb, Ria Oomen-Ruijten, Hans-Gert Pöttering, Laima Liucija Andrikienė, Rodi Kratsa-Tsagaropoulou, Roberta Angelilli, Nadezhda Neynsky, Tokia Saïfi, Michael Gahler, Lena Kolarska-Bobińska, Monica Luisa Macovei, Simon Busuttil, Elena Băsescu, Radvilė Morkūnaitė-Mikulėnienė, Peter Šťastný, Marco Scurria, Elżbieta Katarzyna Łukacijewska

em nome do Grupo PPE

Véronique De Keyser, Libor Rouček, Pino Arlacchi, Emine Bozkurt, Harlem Désir, Saïd El Khadraoui, Ana Gomes, Roberto Gualtieri, Richard Howitt, María Muñoz De Urquiza, Raimon Obiols, Vincent Peillon, Carmen Romero López, Kristian Vigenin, Boris Zala

RC\892558PT.doc

PE483.127v01-00 }
PE483.128v01-00 }
PE483.129v01-00 }
PE483.131v01-00 }
PE483.133v01-00 } RC1

em nome do Grupo S&D

**Marietje Schaake, Louis Michel, Ramon Tremosa i Balcells, Edward
McMillan-Scott, Marielle De Sarnez, Graham Watson, Kristiina Ojuland,
Izaskun Bilbao Barandica, Sonia Alfano, Antonyia Parvanova, Jelko Kacin**

em nome do Grupo ALDE

**Daniel Cohn-Bendit, Hélène Flautre, Raül Romeva i Rueda, Malika
Benarab-Attou, Frieda Brepoels**

em nome do Grupo Verts/ALE

**Charles Tannock, Ryszard Antoni Legutko, Tomasz Piotr Poręba, Ryszard
Czarnecki**

em nome do Grupo ECR

Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação na Síria

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre a Síria,
- Tendo em conta as conclusões sobre a Síria do Conselho "Negócios Estrangeiros" de 10 de outubro de 2011, 14 de novembro de 2011, 1 de dezembro de 2011 e 23 de janeiro de 2012, bem como as conclusões do Conselho Europeu de 23 de outubro e 9 de dezembro de 2011,
- Tendo em conta as declarações sobre a Síria da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (VP/HR) em 8 de outubro, 3 e 28 de novembro e 2 de dezembro de 2011, bem como em 1 e 4 de fevereiro de 2012,
- Tendo em conta a Decisão 2011/782/CFSP do Conselho, de 1 de dezembro de 2011, que impõe medidas restritivas à Síria e que revoga a Decisão 2011/273/CFSP¹, bem como a decisão do Conselho, após a sessão do Conselho "Negócios Estrangeiros" de 23 de janeiro de 2012, de reforçar as medidas restritivas impostas pela UE ao regime sírio,
- Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 36/2011 do Conselho, de 18 Janeiro 2012, que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Síria, que revoga o Regulamento (UE) n.º 442/2011²,
- Tendo em conta as declarações da Liga Árabe sobre a situação na Síria de 27 de agosto de 2011, 16 de outubro de 2011 e 12, 16 e 24 de novembro de 2011, o seu Plano de Ação de 2 de novembro de 2011 e as sanções impostas à Síria pela Liga Árabe, aprovadas em 27 de novembro de 2011,
- Tendo em conta a Declaração da Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 3 de agosto de 2011,
- Tendo em conta a resolução do Terceiro Comité da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a situação dos Direitos Humanos na República Árabe Síria, de 22 de novembro de 2011,
- Tendo em conta o relatório da Comissão Internacional de Inquérito Independente sobre a República Árabe Síria, de 23 de novembro de 2011,
- Tendo em conta a resolução do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas (CDHNU) sobre a situação dos Direitos Humanos na República Árabe Síria, de 2 de dezembro de 2011,
- Tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948,

¹ JO L 319 de 2.12.2011, p. 56.

² JO L 16 de 19.1.2012, p. 1.

- Tendo em conta o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Protocolo Facultativo relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados, bem como a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, dos quais a Síria é parte,
 - Tendo em conta n.º 4 do artigo 110.º do seu Regimento,
- A. Considerando que, desde o início da repressão violenta de manifestantes pacíficos na Síria, em março de 2011, os assassinatos e atos de violência e tortura sistemáticos conhecem uma escalada significativa e que o exército e as forças de segurança sírias continuam a ripostar com execuções seletivas, atos de tortura e detenções em massa; considerando que as cidades e as vilas de toda a Síria estão cercadas e estão a ser bombardeadas por forças leais ao governo; considerando que o acesso a víveres e a medicamentos se tem revelado extremamente difícil; considerando que grande parte da população síria tem de fazer face a uma deterioração da situação humanitária em consequência da violência e das deslocações;
 - B. Considerando as estimativas da ONU, segundo as quais o número de mortos na Síria ultrapassou os 5400 no decurso de uma sublevação que já dura há 11 meses, embora seja difícil obter números atualizados devido à existência de áreas totalmente encerradas, como é o caso de certos bairros da cidade de Homs; considerando que milhares de outras pessoas foram feridas, pelo menos 69000 foram detidas, das quais cerca de 32000 acabaram por ser libertadas, e cerca de 12400 fugiram para os países limítrofes; e considerando que o Fundo das Nações Unidas para as Crianças afirma que foram mortas centenas de crianças, tendo havido centenas de outros jovens arbitrariamente detidos, torturados e abusados sexualmente durante a detenção;
 - C. Considerando que os moradores da cidade sitiada de Homs têm estado sob um bombardeamento maciço e contínuo, receando que o regime se esteja a preparar para lançar um último ataque mortal com forças terrestres; considerando que, em 12 de fevereiro de 2012, os meios de comunicação social árabes noticiaram que os tanques e a artilharia da Síria bombardearam impiedosamente a cidade de Hama, para além de continuarem a investida ininterrupta contra Homs; e considerando que, em simultâneo, as autoridades sírias insistem em fazer frente a "grupos terroristas" e prosseguirão até que a "ordem" seja restaurada;
 - D. Considerando que inúmeras promessas de reformas e de amnistia feitas pelo Presidente Bashar al-Assad nunca foi postas em prática e que o regime perdeu toda a credibilidade, o que tem dado origem a apelos generalizados da comunidade internacional para que o Presidente se demita;
 - E. Considerando que um jornalista francês foi morto e um jornalista dos Países Baixos foi ferido no desempenho do papel crucial de prestar informações independentes sobre os eventos na Síria; considerando que as autoridades sírias continuam a negar o acesso aos jornalistas e observadores internacionais; considerando que os testemunhos dos refugiados da Síria, os relatos de cidadãos feitos a partir do interior do território sírio e as imagens enviadas a partir de telefones móveis por intermédio de conexões estabelecidas via satélite continuam a ser a principal fonte de informação sobre o que se passa naquele país;

RC\892558PT.doc

PE483.127v01-00 }
 PE483.128v01-00 }
 PE483.129v01-00 }
 PE483.131v01-00 }
 PE483.133v01-00 } RC1

- F. Considerando que a Liga Árabe decidiu solicitar o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas para obter uma solução política; considerando que, em 4 de fevereiro de 2012, a Federação da Rússia e a China vetaram uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que apoiava o apelo da Liga Árabe em prol de um processo político inclusivo e pacífico comandado pela Síria; considerando que, em 28 de janeiro de 2012, a missão de observação da Liga Árabe na Síria foi suspensa devido à deterioração grave da situação;
- G. Considerando que, em 18 de janeiro de 2012, entraram em vigor medidas restritivas contra a Síria, nomeadamente a proibição da exportação de equipamento para controlo das telecomunicações pelo regime sírio, a proibição de participação em determinados projetos de infraestruturas e em investimentos nesses projetos, bem como restrições suplementares sobre as transferências de fundos e a prestação de serviços financeiros;
- H. Considerando que, em 23 de janeiro de 2012, a lista de pessoas, entidades e organismos sujeitos a medidas restritivas da UE foi alargada a 22 pessoas responsáveis por violações dos Direitos Humanos e a oito entidades que apoiam financeiramente o regime;
- I. Considerando que, em resposta à violência crescente e a sérias preocupações de segurança, os Estados Unidos encerraram a sua embaixada na Síria; que a França, a Itália, os Países Baixos, a Espanha, o Reino Unido, a Alemanha e a Bélgica também fizeram regressar os respetivos embaixadores; e que o Conselho de Cooperação do Golfo e a Tunísia não só fizeram regressar os seus embaixadores, como também decidiram expulsar os embaixadores sírios das respetivas capitais;
- J. Considerando que, desde Março de 2011, dezenas de milhares de pessoas procuraram refúgio na Turquia; considerando que a Turquia está a desempenhar um papel cada vez mais importante a nível internacional, ao opor-se à violência na Síria;
- K. Considerando que a situação de extrema gravidade que se vive na Síria já está a desencadear um impacto negativo no Líbano, havendo receios de um iminente efeito dominó do outro lado da fronteira, que afetará toda a região, com consequências e implicações imprevisíveis;
- L. Considerando que a Rússia continua a vender armas e outro equipamento militar ao regime sírio e possui uma base naval na Síria; considerando que na UE vigora um embargo ao envio de equipamento militar para a Síria e que foi intercetado um navio russo em Chipre, o qual seguiu de imediato para a Síria, de acordo com as autoridades cipriotas, sob falso pavilhão; considerando que as circunstâncias deste incidente nunca foram oficial e publicamente esclarecidas pelo gabinete da Alto Representante;
- M. Considerando que a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos solicitou que o processo da Síria fosse encaminhado para o Tribunal Penal Internacional no pressuposto da existência de alegações de crimes contra a Humanidade, na sequência da Sessão Especial de dezembro da Comissão de Direitos do Homem das Nações Unidas sobre a Síria e com base nas conclusões do relatório da Comissão de Inquérito Independente da ONU, ao mesmo tempo que o Secretário-Geral declarou, em 15 de janeiro de 2012, que a via da repressão constitui um beco sem saída;

1. Deplora o facto de a Rússia e a China terem exercido o seu veto no Conselho de Segurança

RC\892558PT.doc

PE483.127v01-00 }
PE483.128v01-00 }
PE483.129v01-00 }
PE483.131v01-00 }
PE483.133v01-00 } RC1

das Nações Unidas para bloquear o projeto de resolução sobre a Síria, votando assim contra a proposta de transição pacífica avançada pela Liga Árabe, o que foi entendido pelo regime de Assad como uma licença para intensificar os meios de repressão no terreno, recorrendo a artilharia pesadas e usando de uma força indiscriminada contra civis desarmados; reitera o seu apelo aos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, em particular, à Rússia e à China para que assumam as suas responsabilidades no que diz respeito à garantia do fim imediato da repressão violenta do povo sírio; continua a apoiar os esforços da UE e dos seus Estados-Membros neste domínio;

2. Requer que a VP/HR envie os seus melhores esforços para garantir a aprovação da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, trabalhando em colaboração com a Federação da Rússia e com a China;
3. Exorta a Rússia, o maior fornecedor de armas estrangeiro ao governo da Síria, a pôr termo imediato à venda de armas a este país e requer à UE que defina uma lista negra de empresas que fornecem armas à Síria; convida todos os intervenientes da UE neste contexto a respeitarem plenamente o código de conduta da União Europeia sobre a exportação de armas, cujo objetivo consiste em evitar a exportação de equipamento que possa ser utilizado para fins de repressão interna ou que possa contribuir para a instabilidade regional;
4. Reitera a sua vigorosa condenação da repressão brutal desencadeada pelo regime sírio contra a própria população, designadamente na cidade de Homs; exprime a sua profunda preocupação face à gravidade das violações dos Direitos Humanos perpetradas pelas autoridades sírias, entre as quais figuram detenções em massa, execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, torturas e maus-tratos infligidos a pessoas detidas, incluindo crianças; salienta que as vítimas dos atos de violência não devem em circunstância alguma ser privadas do acesso a cuidados médicos;
5. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, segundo o apelo lançado pela UNICEF em 7 de fevereiro de 2012 e o relatório da Comissão Internacional de Inquérito Independente sobre a República Árabe Síria, de 23 de novembro de 2011, terem morrido quase 400 crianças desde o início da violência na Síria, em março de 2011, e de cerca de 380 crianças — algumas das quais com idade inferior a 14 anos — terem sido alvo de detenções arbitrárias, torturas e atos de violência sexual no decurso da sua detenção; condena veementemente todas as violações dos Direitos Humanos, incluindo dos direitos das crianças, cometidas pelas forças militares e de segurança sírias e exorta o Governo da Síria a pôr termo a todas as violações dos direitos das crianças e demais Direitos Humanos;
6. Apresenta as suas sinceras condolências às famílias das vítimas; louva a coragem e a determinação do povo sírio e apoia com firmeza as suas aspirações à salvaguarda do pleno respeito da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, das liberdades fundamentais e da garantia de melhores condições económicas e sociais;
7. Exorta uma vez mais o Presidente Bashar al-Assad e o seu regime a abandonarem o poder imediatamente, a fim de viabilizarem uma transição pacífica e democrática na Síria;
8. Exorta o regime de Assad a pôr cobro à violência contra o povo sírio, a retirar as tropas e os tanques das cidades, a libertar todos os manifestantes, presos políticos, defensores dos

RC\892558PT.doc

PE483.127v01-00 }
PE483.128v01-00 }
PE483.129v01-00 }
PE483.131v01-00 }
PE483.133v01-00 } RC1

Direitos Humanos, autores de blogues e jornalistas que se encontram detidos e a facultar o acesso irrestrito ao país das organizações humanitárias e das organizações de defesa dos Direitos Humanos, bem como dos órgãos de comunicação social internacionais;

9. Reitera o seu apelo à realização de inquéritos rápidos, independentes e transparentes às violações generalizadas, sistemáticas e flagrantes dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais cometidas pelas autoridades sírias e pelas forças militares e de segurança, a fim de garantir que os responsáveis por tais atos, assimiláveis a crimes contra a Humanidade, sejam responsabilizados perante a comunidade internacional; considera que tem de haver mecanismos claros de responsabilização no cerne dos esforços do Conselho de Segurança das Nações Unidas para pôr termo à crise síria, ao mesmo tempo que reitera o seu apoio ao apelo lançado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos para que o caso da Síria seja remetido ao Tribunal Penal Internacional;
10. Reitera o seu apoio aos esforços envidados pela Liga Árabe para pôr fim à violência e promover uma solução política na Síria; regozija-se com a decisão da Liga Árabe no sentido de reforçar a cooperação com a ONU; toma nota da decisão da Liga Árabe de suspender a sua missão de observação na Síria em resposta ao agravamento da violência por parte das autoridades;
11. Saúda o apoio da VP/HR à criação de um grupo de contacto formado por países "Amigos do Povo Sírio" que sejam favoráveis às mudanças democráticas na Síria, que inclua a Turquia e os membros da Liga Árabe; regozija-se com o anúncio feito pela VP/HR de que tenciona participar na primeira reunião deste grupo de contacto na Tunísia, em 24 de fevereiro de 2012;
12. Exorta o Conselho a adotar uma decisão coletiva no sentido de retirar os embaixadores acreditados na Síria e a suspender os contactos diplomáticos com os embaixadores sírios nos Estados-Membros da UE; insta a VP/HR a reforçar a capacidade de ajuda humanitária da Delegação da UE em Damasco, assim como das delegações da UE nos países em que for necessário fazê-lo;
13. Saúda o compromisso da UE de continuar a pressionar no sentido de um aumento da pressão internacional sobre o regime sírio; apoia a decisão do Conselho "Negócios Estrangeiros", de 23 de janeiro de 2012, de aplicar novas medidas restritivas contra o regime sírio, solicitando a adoção de outras sanções seletivas;
14. Congratula-se com a decisão da Comissão Europeia, de 3 de fevereiro de 2012, de prestar assistência humanitária no valor de 3 milhões de euros para minorar o sofrimento da população, tanto na Síria, como nos países vizinhos;
15. Acolhe com satisfação e encoraja os esforços atualmente envidados pela oposição síria para estabelecer uma plataforma unida dentro e fora do país, para continuar a colaborar com a comunidade internacional, em particular com a Liga Árabe, e para trabalhar em prol de uma visão comum para o futuro do país e da transição para um regime democrático; insta a UE a intensificar o seu apoio político, técnico, comunicacional e humanitário às forças oposicionistas;

16. Apela a uma transição pacífica e genuína para a Democracia, que satisfaça as reivindicações legítimas do povo sírio e se baseie num diálogo inclusivo com a participação de todas as forças democráticas e de todas as instâncias da sociedade síria, com vista ao lançamento de um processo de profundas reformas democráticas, que tenha em conta a reconciliação nacional e assuma o compromisso da salvaguarda do respeito pelos direitos das minorias; insta a UE a apoiar todas as tentativas da oposição síria para se unir e para definir uma agenda inequívoca em prol de uma Síria democrática;
17. Exprime a sua profunda preocupação pelo facto de as intimidações cometidas pelas autoridades sírias poderem estar a alastrar-se a ativistas da oposição exilados;
18. Regozija-se com o apoio decidido da Turquia à população da Síria, inclusive mediante a aceitação de refugiados ao longo da fronteira sírio-turca e a permissão de que a oposição síria se organize; exorta a VP/HR a desenvolver todos os esforços ao seu alcance para encetar conversações com a Turquia, a Liga Árabe e a oposição síria sobre as modalidades de criação de corredores humanitários na fronteira sírio-turca;
19. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, à Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, aos Governos e aos Parlamentos dos Estados-Membros, ao Governo e ao Parlamento da Federação da Rússia, ao Governo e ao Parlamento da República Popular da China, ao Governo e ao Parlamento da República da Turquia, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, bem como ao Governo e ao Parlamento da República Árabe Síria.